

Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais: reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação

Reactionary scenario expressed in educational policies: curricular reforms and the withering away of the political and social significance of education

Nathália Maria Rodrigues Mecias¹

João Vicente Hadich Ferreira²

Resumo: Este estudo aborda a crítica à lógica neoliberal introjetada na educação e no cerne de reformas curriculares implementadas, especialmente com foco na formação de professores. Analisando o Parecer CNE/CP nº 4/2024 e a Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024, permeadas por essa lógica, delinea-se o problema: diante das reformas curriculares vigentes, e do avanço do neoliberalismo, como formar professores conscientes de sua função política e social, na perspectiva de uma educação política e emancipatória? Como objetivo geral, pretende-se refletir caminhos para uma formação docente na perspectiva de uma educação política e emancipadora. A proposta metodológica apresenta-se por uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentando-se nas análises de Adorno (1995), Hannah Arendt (2011) e Paulo Freire (2011).

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Reformas Curriculares. Formação de Professores. Educação Política. Emancipação.

Abstract: This study addresses the critique of the neoliberal logic ingrained in education and at the core of the curricular reforms implemented, especially focusing on teacher training. Analyzing the CNE/CP Opinion No. 4/2024 and Resolution No. 4, of May 29, 2024, permeated by this logic, the problem is outlined: in light of the current curricular reforms and the advance of neoliberalism, how to train teachers aware of their political and social function, from the perspective of a political and emancipatory education? As a general objective, the aim is to reflect on paths for teacher training from the perspective of a political and emancipatory education. The methodological proposal presents itself through a qualitative approach, through bibliographic and documentary research, based on the analyses of Adorno (1995), Hannah Arendt (2011), and Paulo Freire (2011).

Keywords: Educational Policies. Curricular Reforms. Teacher Training. Political Education. Emancipation.

¹ Mestranda em Educação (Mestrado Profissional em Educação Básica) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/Campus Jacarezinho - Paraná. ORCID: [0000-0002-3062-7643](https://orcid.org/0000-0002-3062-7643) - E-mail: thalamrm99@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Campus Marília - São Paulo. (2009). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/Campus de Cornélio Procópio. ORCID: [0000-0002-1013-3654](https://orcid.org/0000-0002-1013-3654) - E-mail: joahadich@uenp.edu.br.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Introdução

Atualmente, ao olhar o cenário político e educacional, percebe-se divergentes abordagens multifacetadas nas práticas docentes e nos currículos escolares. Entretanto, há algo de comum nessas abordagens, que permeia suas constituições. Apresenta-se uma forma de pensamento, considerada às vezes como corrente política, que se estabelece de forma continuada e introjetada como modelo ideológico, o neoliberalismo.

Mais que a ideia da atualização da teoria liberal clássica, o neoliberalismo pode ser entendido como um modo de vida introjetado, em contraposição à perspectiva política e democrática. Como expressão da própria natureza do modelo capitalista em sua concepção de lucro e dominação, é antipolítico, condição do próprio capitalismo que, efetivamente, nunca teve em sua essência a necessidade da democracia ou da justiça social.

Nesse sentido, o neoliberalismo não se restringe a uma forma de governo, mas se estabelece como um modo de vida assimilado, permeando qualquer governo. A partir do individualismo que se promove e vivencia cada vez mais em uma sociedade que desconhece a esfera pública e o espaço comum, que privilegia o privado e a meritocracia, o neoliberalismo pode ser representado como *o governo de si*, de um controle internalizado que vai disciplinando os corpos e as mentes e, efetivamente, constituindo-se numa forma de pensamento que segue sendo cotidianamente homogeneizada para a despolitização e, nesse contexto, para o estabelecimento do ódio à política. É uma perspectiva reacionária.

Multifacetado, portanto, e complexo em sua definição, o modelo neoliberal vem ganhando forças no Brasil a partir das últimas décadas do século XX, ocasionando um grande impacto nas políticas educacionais e exigindo reformas e reestruturações no sistema educativo. Buscando a hegemonia, defensores dessa perspectiva vêm ocupando espaços nas instâncias governamentais, como no Ministério da Educação e Cultura (MEC), nas Secretarias de Educação Estaduais ou municipais e nos Conselhos de Educação, caso do Nacional, por exemplo.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Ligados a perspectivas privatistas e empresariais, representantes nessas instâncias pensam a educação a partir do interesse de grupos específicos e fundações que buscam estabelecer e nortear a formação de professores a partir dessa lógica mercadológica e da iniciativa privada. Desconsidera-se o acúmulo e o aprofundamento no campo da educação pública em instâncias representativas da formação de professores, como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), para citar apenas algumas. Inevitavelmente, é um campo em disputa.

As reformas curriculares implementadas nos últimos anos retiram o real significado da educação de humanizar e transmitir o conhecimento ao novo ser numa construção conjunta. Assim, o ato de ensinar converteu-se meramente em cumprir metas estabelecidas, aplicar conteúdo previamente apresentado, assumindo-se o compromisso por passar apenas os conhecimentos previstos nos currículos, esvaziando-os de suas potencialidades éticas, estéticas e políticas.

A responsabilização pelo fracasso escolar recai, nesse sentido, sobre o professor, negligenciando os fatores externos ao ato de ensinar. Pautando-se muitas vezes no ideal meritocrático, prestigia-se o aluno por sua nota, desconsiderando o contexto formativo e a complexidade do processo educacional, para além da questão do ensino-aprendizagem e da quantificação de dados estatísticos. Nessa compreensão, contudo, justifica-se a desigualdade, normaliza-se a injustiça social e as contradições de um mundo em que alguns são considerados melhores, por mérito, e outros, piores, por negligência ou falta de esforço. Nesse contexto, é o desafio pensar, como diria Walter Benjamin (2012), uma educação a contrapelo.

Tento em vista a discussão acima, para compreender o cenário atual expresso nas políticas educacionais, este estudo aborda a crítica à lógica neoliberal introjetada na educação e no cerne de reformas curriculares que estão sendo implementadas,



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

especialmente com foco na formação de professores. Como explicitava o filósofo Adorno (1995), é fundamental que quem tem o papel de formar esteja bem formado.

Debruçamo-nos, mais especificamente, na análise do Parecer CNE/CP nº 4/2024 e da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024, fazendo menção à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passando pela crítica à privatização da educação e, brevemente, das avaliações externas. Procurando esclarecer a importância da política frente aos desafios presentes, buscamos refletir sobre possibilidades de subversão, na perspectiva de uma educação política e emancipadora, partindo do olhar para a formação de professores.

Diante do cenário neoliberal destacado, o estudo volta-se para a formação de professores pela problemática que se apresenta: diante das reformas curriculares vigentes e do avanço do neoliberalismo, como formar professores conscientes de sua função política e social, na perspectiva de uma educação política e emancipatória?

A partir do incômodo, elegemos como objetivo geral refletir sobre as potencialidades para uma formação docente consciente de seu papel social na perspectiva de uma educação política e emancipadora. Para tanto, os objetivos específicos se desdobram em: abordar a lógica neoliberal na educação, trazer a crítica à educação mercadológica e às reformas curriculares e apresentar o conceito de emancipação e de barbárie.

De maneira a alcançar os objetivos apresentados, como proposta metodológica apresenta-se a abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Elenca-se como fundamentação teórica: Adorno (1995); Albino & Silva (2019); Arendt (2004, 2010, 2011); Bianchetti (1996); Chamayou (2020); Chauí (2022); Fernandes & Zen (2017); Freire (2011, 1979); Freitas (2014); Freitas & Molina (2020); Frigotto (2001); Fontes (2015); Freud (1978); Gomes (2010); Santana (2018); Ximenes & Melo (2022) e Walter Benjamin (2012).

A lógica neoliberal introjetada nas reformas curriculares: a educação vendida como mercadoria



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

A década de 1990 foi carregada de lutas, marcada pela nova Constituição, expressando os embates sociais relativos a várias áreas da sociedade, em especial à educação. Nesse novo contexto emergiriam inúmeras iniciativas associativas populares e empresariais. Um ponto essencial de constituição do cenário político atual foi a ascensão da *nova direita* associativa, com ações voltadas para a organização de setores das classes dominantes e para a definição de pautas centrais, para a atuação parlamentar e governamental.

Dentre as instituições que faziam parte da nova direita estavam associações financiadas, dirigidas por empresários, tais como os diversos Institutos Liberais disseminados pelo país. O que originalmente parecia apenas filantrópico demonstraria em seguida seu caráter mercantil, em direção a uma profissionalização. O ativismo empresarial em curso no Brasil avançava, trazendo em seu discurso de convencimento, a liberdade de mercado e o poder de ascensão pela meritocracia, formando uma sociedade cada vez mais desigual (Fontes, 2015).

O discurso neoliberal expandiu-se em todas as áreas e setores da sociedade com o crescimento das instituições financeiras que investiam em instituições públicas. Ganhando força no setor governamental, a ideologia neoliberal, que defende a redução do papel do Estado e uma maior presença do mercado nas relações sociais, chegou com força na educação. Isso se traduziu em políticas que favoreciam a privatização das escolas, a busca por eficiência gerencial e a adoção de práticas avaliativas de larga escala, com a criação de metas de desempenho, rankings de escolas e gestão por resultados.

Luiz Carlos de Freitas (2014) observa que, no contexto neoliberal, a educação passou a ser vista como um serviço a ser consumido, não mais como um direito universal. Deste modo, o campo educacional passa a ser influenciado por institutos e partidos empresariais, dividindo-se entre um ensino para a classe trabalhadora e outro para a classe dominante, incentivando a privatização da educação e dos serviços.

O neoliberalismo também tem impulsionado a mercantilização da educação, tratando a aprendizagem como um produto e os alunos como consumidores. Essa visão de mercado se reflete diretamente nas políticas de avaliação, que, em muitos casos,



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

acabam sendo usadas como ferramentas para justificar a intervenção do setor privado nas escolas públicas. Como apontam Fernandes & Zen (2017), os resultados das avaliações externas frequentemente são usados para justificar parcerias público-privadas e até mesmo a terceirização de serviços educacionais, criando novas oportunidades de lucro para empresas envolvidas no setor da educação.

Com isso, as avaliações externas passaram a ser uma ferramenta importante para justificar reformas educacionais e alinhar o sistema de ensino aos interesses privados. Esse processo alimenta uma cultura de competitividade, onde o foco está na eficiência técnica e nos resultados mensuráveis, em detrimento de uma educação mais crítica e, consequentemente, emancipadora.

A lógica de *accountability* (responsabilização) se tornou um dos pilares centrais da educação no contexto neoliberal, promovendo um modelo que atribui a responsabilidade pelo desempenho educacional diretamente às escolas e seus professores. Segundo a análise de Fernandes & Zen (2017) a *accountability* educacional é uma política que avalia a qualidade do ensino por meio de exames em larga escala. Esse modelo transforma a avaliação em uma ferramenta de medição da eficiência institucional, alinhada às demandas empresariais, eximindo o Estado de responsabilidade e atribuindo às próprias instituições a tarefa de resolver os problemas apontados nos resultados.

Nesse sistema, os resultados das avaliações externas não são mais usados apenas como ferramentas para diagnóstico, mas como instrumentos de controle que monitoram a qualidade da educação. No entanto, a lógica de *accountability* implica que o baixo desempenho educacional é visto como uma falha individual ou institucional, sem levar em consideração fatores estruturais, como a desigualdade social, a pobreza e a falta de recursos e investimentos adequados nas escolas.

Conforme destaca Santana (2018), a expansão das avaliações externas no Brasil está diretamente ligada ao surgimento do que o autor denomina *Estado Avaliativo*, onde os mecanismos de avaliação e mensuração ocupam uma posição central na gestão educacional. O resultado das avaliações passa a ser utilizado para regular o sistema



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

educacional, transformando essas ferramentas, antes diagnósticas, em instrumentos de gestão. Nesse sentido, a partir das Avaliações de larga escala foram se moldando políticas de reformulação e reforma da educação, criando um projeto de educação totalmente interligada e voltada a lógica neoliberal com influências econômicas e políticas, que ocasionaram na reforma curricular prevista em lei, mas não necessariamente em acordo com o Plano Nacional da Educação (PNE).

A reforma curricular é acompanhada pela disputa expressa na própria elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), demandando movimentos de formulações e reformulações constantes. Sob a influência da perspectiva neoliberal, a Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta implantação da BNCC no âmbito da política educacional brasileira (Brasil, 2017). Nesse contexto, a BNCC apresenta-se como reforma curricular integrada à política nacional de Educação Básica, capaz de promover profunda transformação na educação, pois reflete nas políticas de formação inicial de professores, mesmo que proponha uma formação fragmentada e esvaziada do contexto político em sua fundamentação.

Albino & Silva (2019, p. 143) apresentam uma reflexão sobre as políticas curriculares problematizando que “[...] a BNCC tem uma estrutura discricionária e invasiva do trabalho docente. É evidente a compreensão de manual detalhado em torno das competências e habilidades, sub posicionando o professor a um executor de tarefas pedagógicas [...]”. Observa-se uma política de formação centrada na noção técnica e metódica, que restringe o fazer curricular à dimensão didático-metodológica, desconsiderando a importância da teoria e da práxis docente no processo formativo.

Desse modo, a BNCC afeta diretamente a formação de professores, modificando a forma como o trabalho docente é caracterizado, exigindo uma nova Diretriz Curricular para os Cursos de licenciatura. É nesse contexto que a BNC-Formação evidencia uma formação voltada a atender as demandas curriculares posta pela BNCC, o que tende a desconfigurar o caráter de pesquisa e extensão das universidades, reduzindo a formação de professores enquanto sujeitos intelectuais para meros executores de saberes prontos e instrutores de aprendizagem de competências e habilidades.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Nesse sentido, nos esclarece Bianchetti (1996) que o estabelecimento de uma Base Nacional Comum Curricular, juntamente com a BNC-Formação, tem sido um projeto que se desenvolve em conjunto com a implementação de propostas neoliberais para a educação e que visam adequar o ensino às exigências da administração capitalista.

Considerando, portanto, a lógica neoliberal que vai prevalecendo na ideia de educação e permeia as reformas curriculares, voltamos nosso olhar, mais detalhadamente, para o documento que institui a BNC-Formação, o contexto em que isso se estabelece e as contradições presentes em sua formulação.

Embates e tensões acerca da reforma curricular nos cursos de licenciatura: análise do Parecer CNE/CP nº 4/2024 e da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024

A discussão acerca dos efeitos das políticas públicas voltadas à educação nos processos de formação docente pode revelar o modelo de ensino e de sociedade desejado pelo Estado e os rumos (ou desvios) adotados nas mudanças consideradas essenciais. Partimos do entendimento de que a legislação, as reformas e as orientações curriculares nacionais para a capacitação e formação de professores não emergem isoladamente, mas de um cenário histórico que destaca as contradições sociais geradas dentro e fora do ambiente escolar.

Sob essa ótica, refletir sobre a formação de professores com base nas dinâmicas de conflitos, resistências e acomodações frente às políticas educacionais configura-se como uma tarefa relevante e complexa. Freitas & Molina (2020) apontam que toda manifestação política é um processo dinâmico, que acompanha as transformações do contexto histórico ao qual pertence e expressa os desejos de uma sociedade quanto ao projeto coletivo que se concretiza por meio das ações — ou da ausência delas — por parte do Estado.

Nesse cenário de contradições presentes nas políticas educacionais, para Ximenes & Melo (2022), evidenciam-se dois projetos em disputa, especialmente no que se refere à formação de professores. De um lado, há a valorização de concepções progressistas,



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

críticas e voltadas à emancipação e, de outro, observa-se o reforço e a preservação de perspectivas conservadoras e alienantes de educação.

É nesse contexto ambíguo das contrarreformas — marcado pela influência de organismos internacionais na educação brasileira e pela precarização e desvalorização do trabalho docente — que analisamos o documento que orienta a formação de professores, fundamentado nas ideias de competência, eficiência, competitividade e produtividade.

A formulação da BNC-Formação se estabeleceu inicialmente a partir da Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e pelo Parecer CNE/CP nº 14/2020 do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum (BNC-Formação Continuada).

Deste modo, todo o debate nacional expresso na Resolução CNE/CP nº 2/2015, documento em vigência anterior, foi desconsiderado, dando lugar a mais uma involução no campo da política de formação de professores (Freitas & Molina, 2020). Organizações e entidades nacionais como a ANFOPE, a ANPED, o FORUMDIR, e outras instituições, se posicionaram contra a precarização da formação de professores e a privatização da educação, pedindo a revogação da Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Neste embate foram promovidas discussões por estas entidades em defesa da Educação Superior e da formação de professores realizando eventos, *lives* e análises do documento, que geraram a “Nota de Repúdio à minuta de resolução de Diretrizes Curriculares da Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Básica”. Após muitas discussões públicas e manifestos contra a BNC-Formação, a Resolução CNE/CP nº 02/2019 foi revogada. No entanto, não houve abertura democrática para a formulação de um novo documento. A proposta da ANFOPE, ANPED e FORUMDIR entre outras organizações, era, e continua sendo, a retomada da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, o que não foi considerado.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Característica da lógica neoliberal, as propostas de alterações nas políticas educacionais são constituídas de forma a não dar espaço ao ambiente democrático, a partir de um “verniz democrático”, como a abertura para uma “consulta de opinião”. Eficaz para minar a discussão política acerca da educação, mingando momentos e brechas que promovam ou permitam uma maior reflexão crítica, assim se fez no contexto da aprovação da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024, que revogou a 02/20219, mas não atendeu à proposta, análises e encaminhamentos propostos pelas entidades representativas na discussão sobre a formação de professores. Na sequência, a ANFOPE publicou a *Nota de Esclarecimento do Parecer CNE/CP Nº 4/2024* e logo surgiram outros eventos e instituições que abordaram a análise do referido documento.

Partindo do contexto de tensões e embates em que se deu a aprovação da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024, acompanhada o Parecer CNE/CP nº 4/2024, analisamos os documentos de maneira a compreender como essa lógica neoliberal se apresenta. Os documentos referidos acima foram formulados pelo CNE como substituição da Resolução CNE/CP nº 2/2019, apresentando semelhanças com a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e com a própria Resolução de 2019.

Nesse contexto, se assemelha a uma espécie de colagem improvisada, caracterizada por uma mescla de elementos conceituais, utilizando-se de autores/as de destaque no cenário nacional como referência sem, contudo, sustentar-se conceitualmente naquilo que os próprios autores propõem. Tanto no Parecer CNE/CP nº 4/2024, quanto na Resolução Nº 4/2024, os conceitos e diretrizes para a formação inicial aparentam ser uma combinação de propostas e ações que indicam uma formação desprovida de articulação entre fundamentos e princípios formativos, comprometendo assim, a construção de uma proposta educativa pautada na humanização e na emancipação. Apresenta um aparente consenso, que não existiu.

A Resolução Nº 4/2024 indica como objetivo desenvolver estudos e estabelecer as diretrizes para a formação de profissionais do magistério para a educação escolar básica e sua valorização profissional. Entretanto, diferentemente da Resolução CNE/CP nº 2/2015 em que havia um capítulo destinado aos/as profissionais do magistério e a



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

sua valorização, no atual documento não se explica ou apresenta uma proposta consistente. Não há, nessa nova Resolução, uma forma objetiva de valorização profissional, como havia na de 2015. No Parecer CNE/CP Nº 4/2024 aponta-se a ausência da valorização profissional e a inexistência de uma formação continuada, colocando como elemento central para a perspectiva da formação, alguns pontos:

[...] b) Práticas de excelência em sala de aula. Os programas de formação inicial devem fornecer amplas oportunidades para os futuros professores praticarem o ensino em situações reais de sala de aula. Isso inclui estágios, regências, observações em sala de aula e envolvimento em projetos educacionais concretos e organizados por temas e com foco no desenvolvimento de cada conhecimento profissional docente. c) Práticas formativas que favoreçam a relação orgânica entre teoria e prática. É essencial que os programas de formação inicial promovam uma conexão sólida entre teoria e prática. Os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre suas práticas e a aplicar os conhecimentos teóricos em contextos reais de ensino, o que pode ocorrer por meio de diários reflexivos, registros de aulas, análises de casos de ensino e outras estratégias que promovam a autorreflexão e a tomada de consciência do próprio percurso formativo do(a) licenciando(a) (Parecer CNE/CP nº 4/2024, p. 16).

Contudo, apesar de centrar na formação inicial, ao desconsiderar a tríade trabalho, formação e carreira, a reflexividade é esvaziada na vontade e no esgotamento do fazer prático, técnico e aplicável. Esvaziando a formação, especialmente na área dos Fundamentos da Educação, a proposta não sustenta uma reflexão crítica, minando um processo formativo que proponha uma conscientização política que promova uma educação emancipadora. Nessa perspectiva, o foco da Resolução está na formação didático-metodológica, voltada para as práticas e a aplicabilidade, dicotomizando, mais uma vez, a relação teoria-prática em detrimento da concepção de práxis, que se fundamenta na indissociabilidade de ambas.

Com relação à formação na modalidade a distância (EaD), por exemplo, com ou sem o uso de recursos públicos, não se problematiza o modelo de ensino em larga escala, a comercialização da oferta educacional ou as especificidades da organização pedagógica que cada curso de formação docente exige. Optou-se apenas por indicar essa modalidade como uma alternativa viável para a oferta de cursos de formação de professores/as, sendo percebida pelo Estado e por determinados especialistas da área como uma forma



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

prática e eficaz de promover a formação inicial de um grande número de docentes, em um tempo reduzido.

De forma pragmática, a grave questão sobre a oferta indiscriminada de cursos EaD por instituições privadas é negligenciada, uma vez que não são apresentados critérios de qualidade ou diretrizes para a regulação dessa modalidade. Nesse contexto, também o conjunto de contrarreformas no qual se insere a Resolução N^o 4/2024 se articula com o projeto de privatização da educação, de sua mercadologização, com a franca apropriação do fundo público, trazendo prejuízos irrecuperáveis ao processo educativo que contemple à classe trabalhadora.

Pautada por uma matriz das competências e habilidades para a formação de professores/as, pragmatista, utilitária, sem articulação entre formação inicial, formação continuada e trabalho docente, a nova Resolução apresenta-se esvaziada de uma visão crítica da educação e da sociedade. Desta forma, impõe um modelo de formação baseado na BNCC, que tenta padronizar e estreitar os conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade (Freitas & Molina, 2020). Nesse sentido, destacamos da Resolução N^o 4/2024, o Art. 7^o, inciso I:

As IES responsáveis pela oferta de cursos e programas de formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica devem assegurar a integração da base comum nacional ao seu PPC, articulado com PPI e com o PDI, de modo a garantir: I - a coerência curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da Educação Básica e da Educação Superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Parte-se da ideia de articulação entre a BNCC e a BNC-Formação, de modo a integrar a Base Nacional Comum Curricular aos Projetos Pedagógicos de Curso das Instituições de Ensino Superior, responsáveis pela formação de professores. Considerando o processo de constituição e a lógica por trás dessas propostas, dá-se ênfase nos conteúdos a serem trabalhados e nos processos da prática profissional sem, no entanto, priorizar uma formação voltada às exigências da Educação Básica, para além de uma formação conteudista. Com foco numa BNCC, também conteudista, engessada, alienada e esvaziada de sua fundamentação e formação política, esvazia-se o processo



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

formativo docente e propõe-se a modelagem de um profissional executor, operacional, segundo a lógica neoliberal.

Entendendo-se que a formação de professores não deve ser segmentada nem desvinculada de sua função social e política, de modo a não se submeter a uma lógica gerencial e pragmática que tem se infiltrado no campo educacional, é preciso resistir. Reduzir o ofício docente a um conjunto de técnicas e condutas voltadas à conquista do ‘êxito escolar’ evidencia uma ideologia tecnocrática sustentada por uma racionalidade instrumental (Ximenes & Melo, 2022).

Compreendido tal cenário, presente como “pano de fundo” das principais reformas curriculares, especialmente com o foco na formação de professores, apresenta-se uma questão de cunho antropológico: afinal, educação... para quê? Qual o significado político e social da educação?

Educação, para quê? Definhamento da significação política e social da educação

Diante de um cenário de recuo do “público” e de avanço do “privado” que constitui a sociedade atual, e do reducionismo da formação à sua dimensão técnico-instrumental, surge a necessidade de uma reflexão sobre o sentido político da educação. A política, enquanto dimensão vital da sociedade, encontra-se hoje encoberta no interior de uma concepção de sociedade em que se atua de forma reducionista. A dimensão da esfera privada, em sua atuação administrativa e gerencial da política, inclina a sociedade ao esvaziamento da “esfera pública” e ao consequente distanciamento da “sociedade civil” das questões basilares sociais e humanas (Gomes, 2010).

Nesse contexto, coloca-se em questão o próprio sentido da educação, com o propósito de discutir o seu papel na sociedade atual e a perda da sua significação política e social de humanização e transformação. Para Arendt (2010) a grande problemática sobre a educação é a crescente diluição das fronteiras entre esferas públicas e privadas, gerando uma despolitização e desresponsabilização sobre o mundo.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Partindo da afirmativa arendtiana, tendo em vista, a análise da Resolução Nº 4/2024, fica claro que as políticas curriculares implementadas nos cursos de licenciaturas, apresentam a descaracterização do papel da educação e do seu significado social e político. A formação de professores, nessa perspectiva, se dilui em interesses privados e econômicos, esvaziando a formação conceitual dos currículos e focando no seu aspecto prático, ocasionando uma formação despolitizada.

Nesse sentido, pensar, discutir e trabalhar pela formação de professores, ontem e hoje, tem sido um dos grandes desafios diante de um mundo administrado e, cada vez mais, determinado pela lógica do capitalismo. Alimentado por suas crises cíclicas, cada vez mais constantes, o modelo capitalista avança ferozmente sobre tudo e sobre todos que possam representar, de alguma forma, o desnudamento de suas contradições, solapando direitos e reorganizando o mundo em seu formato a partir de suas dissimulações.

Campo de disputa ideológica, a formação docente vai do descaso de governantes à intencionalidade de um controle moralista da ação do professor por movimentos protofascistas atuais. Passa pela implementação de “planos de educação”, sem consulta aos educadores, à abertura, na esfera pública, para o domínio dos interesses privatistas voltados para o empresariamento da educação.

Perpassa ainda, pela desvalorização e desrespeito com a carreira docente, precarização, instabilidade ou estabelecimento de propostas de formação que, nem se institucionalizam, ou sequer são avaliadas, já são revogadas para a implementação de outras mais alinhadas às ideologias de governos de plantão e interesses voltados para o mercado, não para a educação. Efeitos da colonização direta da lógica gerencialista e privatista que permeia propostas de formação capitaneadas, na conjuntura atual, pelo modelo neoliberal.

É fato que, no Brasil, no campo da Educação e da formação de professores, há que se destacar a importância da luta histórica e contínua de educadores e de entidades representativas, como a ANFOPE, a ANPED, o FORUMDIR e o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas Pibid e Residência Pedagógica



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamo da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

(Forpibid-rp), além do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), entre tantas outras, que resistem a essa lógica mercadológica. Desnudando contradições e intencionalidades perversas de um modo de produção que sempre e, cada vez mais, expropria o trabalhador e violenta e desumaniza os existentes. Esses fóruns, associações e entidades em geral, são espaços políticos e politizadores que nos lembram a importância da resistência e a potencialidade das mudanças. Potencialidades que passam pela formação e exercício do pensamento democrático.

Contudo, por que, apesar de tantos esforços, a resistência docente parece tão insípida e tão pouco fortalecida? Apesar dos ataques à Educação, aos educadores e à carreira docente, por que muitos professores têm se eximido da participação e da mobilização sindical, adesão que se faz necessária e condição importante para a luta da categoria?

Por fim, considerando-se que, na formação de professores nas licenciaturas, em tese, apresenta-se a exigência de uma formação para além da questão didático-metodológica, que implica no processo de compreensão dos fundamentos da educação, o que estaria faltando?

Nesse contexto, olhar para a formação de professores, a partir dos fundamentos políticos da educação, é uma hipótese que apresentamos no sentido de que há uma potencialidade nesse processo. Tratar dos fundamentos políticos da educação é tratar da política e da educação e, inevitavelmente, da relação entre ambas e, como nos apontava Paulo Freire (2011), da tese de sua indissociabilidade. Para ele, o ato pedagógico e o político não se separam, pois, todo ato de educar é um ato político. O que não implica que eles se confundam, pois o que Paulo Freire tenta compreender é “o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica” (Freire, 1979, p. 10).

Retomando a questão da formação de professores, pensar uma formação política nessa perspectiva é ter a compreensão de que a educação deve ser um processo emancipador e libertador, tanto para educadores quanto para educandos. Nesse contexto, é fundamental que quem tem como função contribuir com o processo de formação de outros, seja bem formado também. Por isso, para o filósofo Adorno (1995),



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

a partir da existência de *Auschwitz*, a premissa primeira para a educação é a de que seja uma educação contra a barbárie. Para o pensador, uma educação política.

Nesse sentido, a importância de uma educação política na perspectiva de uma formação democrática, é exatamente o contrário do que se propõe dentro de um contexto em que prevalece a lógica do mercado. Compreendendo a educação como um processo formativo em que se almeja a emancipação humana, fundamental para a constituição de um mundo democrático, olhamos para a formação de professores a partir desse recorte dos fundamentos da educação, a esfera da política.

Não se trata, evidentemente, de um processo de “doutrinação política”, ou de partidarização política, como alardeiam de forma desonesta os defensores de perspectivas totalitárias que visam o controle do exercício da docência, pressuposto dos adeptos de movimentos como o Escola sem Partido, por exemplo. Ao contrário, o que está em questão é o entendimento de que a política é a condição de exercício da liberdade humana (Arendt, 2010), espaço para o pensamento e a ação dos homens, que podem se manifestar, propondo-se pela constituição de um mundo democrático. Por isso, uma formação política do educador parece imprescindível para a compreensão dessa condição.

Caminhos para a emancipação: por uma educação contra a barbárie

Em sua expressão mais elaborada nesse momento contemporâneo, representada pelo neoliberalismo, o capitalismo alcança um estágio extremamente eficiente de dominação. Se a luta parecia clara depois da virada epistemológica do marxismo e suas análises sobre a sociedade do trabalho e o modo de produção capitalista, no estágio atual, apesar da continuidade da batalha contra a expropriação dos direitos da classe trabalhadora, por exemplo, oblitera-se a percepção dos existentes pela apropriação do modelo neoliberal.

Como tratamos no início, introjetado ou introjetando-se como modo de vida e de pensamento, o neoliberalismo se apresenta não como uma perspectiva política, como



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

poderíamos imaginar pensando o liberalismo clássico, ou o socialismo, mas, ao contrário, como a própria antipolítica.

Estabelecendo-se como uma racionalidade (Chamayou, 2020), é mais do que uma perspectiva econômica de renovação do clássico pensamento liberal na sua faceta política. Pode inclusive se dar ao luxo de ser antiliberal. Simbiótico com o autoritarismo, o que aparece nas entrelinhas é uma pretensão totalitária de dominação de tudo e de todos, essência do próprio capitalismo. Por isso, é possível falarmos em uma tirania do neoliberalismo.

Desse modo, desnuda que a democracia é um detalhe para o Capital, pois esta, se fortalecida e amadurecida, pode atrapalhar seu expansionismo e a implementação de reformas econômicas e sociais que poderiam gerar contraposição popular, se discutidas e esclarecidas. A democracia, nesse sentido, é entendida não como uma forma de governo, mas como a forma da vida política, que implica na condição humana (Arendt, 2010) para o exercício da liberdade a partir da ação dos homens em um mundo público.

Diferentemente da democracia, contudo, o neoliberalismo se estabelece exatamente como sua oposição, seu reverso ao propor não um mundo democrático, mas um mundo antidemocrático, privado, em que se cria a ideologia de que deve prevalecer o interesse de cada um, não o bem comum. Pautando-se no individualismo, na competitividade e na meritocracia, prepara-nos para um mundo de descartabilidade, do consumo pelo consumo, carente de sentido e significação.

Nesse constructo, ao mesmo tempo que fortalece a ideologia do individualismo e da responsabilização unicamente do indivíduo pelo seu fracasso, dissimula-se socialmente, no ataque à esfera pública, que o neoliberalismo implica

[...] na decisão de cortar o fundo público no polo de financiamento dos bens e serviços públicos – ou dos direitos sociais – e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. O neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado (Chauí, 2022, p. 88).

Desdobramento desses processos e ações, é o revigoramento do autoritarismo no contexto da polarização política que se estabelece e que promove, manipulando as



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

subjetividades, o ódio à política, que favorece o fascismo. Por isso, como a introjeção de um modo de vida que vai se estabelecendo contra a política, o neoliberalismo vai aprimorando a estrutura do capitalismo e a administração dos existentes pela via da economia, formando-nos por um processo economicista da existência, não pela potencialidade de uma educação emancipatória, muito menos política.

Submete-nos, assim, dia após dia, à continuidade e à aceitação do *Estado de exceção* a que se referia Walter Benjamin (2012) em suas *Teses sobre a história*, estabelecendo-se como um tempo de barbárie que, nada mais é do que a sombra de *Auschwitz* que continua a cobrir nosso mundo contemporâneo. Nesse sentido, para Adorno (1995), a premissa para a educação de impedir que *Auschwitz* se repita é mais do que um apelo. É a constatação, não de um evento que ficara no passado, mas da irrupção da barbárie que se apresenta num *continuum*.

Por isso, faz-se necessário não desprezar a história e a memória. O risco da normalização da barbárie no dia a dia, e o fato de resistirmos a elaborar o passado, são alguns dos fatores que nos acompanham em nosso processo civilizatório que, como demonstrava Freud (1978), está prenhe do anticivilizatório. Quando normalizamos a violência, a ruptura democrática, o ódio à política, o autoritarismo ou apagamos a memória de coisas que nunca deveriam ter acontecido, reforçamos a barbárie que se estabelece no cotidiano.

Dado tal cenário, pensar sobre a importância da política e a perspectiva da ampliação e fortalecimento da esfera pública apresenta-se como potencialidade para se pensar a resistência. Na concepção adorniana, uma resistência contra a barbárie.

Nesse sentido, sem ufanismos, considerando-se apenas como hipótese, uma educação política, para o entendimento e a vivência da política, para a criação de uma consciência verdadeira, como propõe Adorno (1995), seria potencialmente um problema para a expansão capitalista em sua vertente neoliberal. A consciência política exigiria a ampliação da vida entre os iguais (Arendt, 2011) na esfera pública, implicando no desnudamento das contradições ocultadas pela ideologia capitalista. A política, em sua expressão democrática, uma vida que se dá entre as mulheres e os homens,



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

emancipados, na vivência da sua diversidade e pluralidade, na constituição e preservação de um mundo comum, não é o que se prevê no projeto neoliberal.

Ao contrário, é exatamente no afastamento da política, ou na proposta de destruição dessa, que se apresentam e encontram maior adesão, fortalecidos pelo “viver neoliberal” e pelo ressentimento contra a democracia, os projetos autoritários e totalitários de sociedade que exalam, continuamente, o odor desagradável dessa atmosfera bem conhecida desde o início do século XX e que continua envolvendo o presente, o fascismo.

Ao apresentarmos, assim, a necessidade e a importância da formação política dos professores num tempo que está sob a égide do neoliberalismo, o pano de fundo que se estabelece é o olhar para a relação entre educação e política, considerando a educação como um processo emancipatório na preparação para um mundo público, espaço que possibilita a vida política e o agir humano.

Evidentemente que não é uma panaceia o que propomos, e a ideia da formação política aqui ensaiada não exclui ou desconsidera a necessidade da integralidade da formação docente em todas as áreas que competem à docência, como a Didática e as Metodologias, ou em todos os campos ligados aos Fundamentos da Educação, caso da Sociologia, História e Psicologia.

Contudo, partimos da hipótese de que tem acontecido um processo cada vez maior de desconsideração por uma formação política, com a consequente despolitização dos educadores. Submetidos à lógica das habilidades e competências, por exemplo, que continuamente permeiam os documentos oficiais que tratam da formação de professores, privilegia-se a ideia de uma formação atrelada ao peso das metodologias e práticas de ensino, que são meios necessários para fins desejados, em detrimento da formação docente em uma perspectiva humanizadora e politizadora.

No domínio do modelo neoliberal, afasta-se a Educação e o educador da discussão de seus fundamentos, de discussões que se fazem necessárias para pensarmos a atual conjuntura, para nos organizarmos politicamente e resistirmos às imposições que se estabelecem, sem muitas possibilidades de questionamentos.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Governos e Conselhos de Educação apresentam propostas, em sua grande maioria, determinadas e atreladas à uma lógica mercadológica, empresarial, operacional, à margem ou totalmente contrárias a uma perspectiva emancipatória de formação humana. Sob o véu tecnológico, dinamizam suas implementações, estabelecem-nas como políticas governamentais, sem uma real preocupação com a educação, mas buscando a produtividade e a efetividade de sistemas atrelados a contextos como os da plataformização, apostilamentos ou outros modos de controle do trabalho do professor e da exigência de resultados quantitativos no processo de escolarização, para atender ou alcançar *rankings* estabelecidos por parte das avaliações de larga escala.

Enredados numa crise da formação docente, somos engolidos de forma avassaladora pela lógica neoliberal, que chega ao dia a dia das escolas e, no desdobramento da prática docente, que perde seu contexto de *práxis*, transforma o trabalho do professor em cumprimento de metas e atendimentos de demandas de controle burocráticas, raramente lhe sobrando tempo para pensar e discutir seu pensamento com os pares. Pressionados para a implementação e o cumprimento das regras e determinações demandadas por Leis e Resoluções estabelecidas, falta muitas vezes a leitura política que possibilitaria o questionamento e a condição para enfrentamento a partir de, talvez, uma simples pergunta: por quê/para quê?

Nesse contexto, reforçando a questão da formação de professores em nossas licenciaturas, a partir de um olhar político, concordamos com a consideração de Marilena Chauí (2022, p. 110) de que, “[...] nossa primeira tarefa, enquanto universitários, é o combate lúcido ao que impede a democracia e a ética democrática na sociedade contemporânea”. A autora está analisando a universidade e as questões da ideologia neoliberal e, nesse sentido, é importante destacar a conclusão do seu estudo, nesse tópico:

O que quis enfatizar é que, se não lutarmos contra o neoliberalismo, nossas tentativas para reconstruir a escola pública nos seus três graus estará prometida ao fracasso. O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e



Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais: reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas. Walter Benjamin escreveu que era preciso narrar a história a contrapelo, narrando-a do ponto de vista dos vencidos porque a história dos vencedores é barbárie. Temos simplesmente de ter a coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo. Afinal, como dissera La Boétie, só há tirania onde houver servidão voluntária (Chauí, 2022, p. 110-111).

Considerando o pano de fundo que estabelecemos na relação entre educação e política e a preparação para o mundo público, *locus* efetivo da possibilidade da ação humana, enquanto potencialidade transformadora da realidade e condição de constituição de um mundo comum, reforçamos a hipótese de que, no olhar para a formação de professores, faz-se necessário um resgate, ou investimento mais efetivo, da formação política.

Considerações Finais

Retomando o pensamento adorniano, uma educação contra a barbárie de Auschwitz, que ainda permeia nosso mundo, é uma educação política. O que está em jogo na política, nesse sentido, não é a nossa vida pessoal, privada, de um indivíduo qualquer, mas a continuidade e a construção de um mundo comum (Arendt, 2004).

Contudo, em um mundo em que o legado tem sido a barbárie, educar para a resistência que permita combater tal herança, é fundamental. No processo educativo, o movimento dialético se apresenta no *continuum* da formação. No desnudamento das contradições, que visa emancipar o pensamento e a existência, almeja-se uma proposta que não esteja restrita à formação do educador, mas que garanta também, ao educando, o alcance da autonomia e a experiência do encontro consigo mesmo, na constituição de um projeto de si e de um mundo comum.

Dadas as responsabilidades dos educadores num mundo pós-Auschwitz, formar para a emancipação é educar para a resistência contra a barbárie. Não será a escola capaz de resolver tudo, mas nesse espaço, *locus* que pode ser o primeiro para a resistência, acreditamos que seja possível avançarmos em perspectivas emancipatórias. Isso requer, inevitavelmente, a responsabilidade para com os novos, como nos alerta



Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais: reformas curriculares e o definimento da significação política e social da educação

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Hannah Arendt (2011) e o olhar para a formação de professores e investimentos públicos, como destaca Adorno (1995, p. 116):

Mudanças de fundo exigem pesquisas acerca do processo da formação profissional. Seria preciso atentar especialmente até que ponto o conceito de 'necessidade da escola' oprime a liberdade intelectual e a formação do espírito. Isto se revela na hostilidade em relação ao espírito desenvolvido por parte de muitas administrações escolares, que sistematicamente impedem o trabalho científico dos professores, permanentemente mantendo-os *down to earth* (com os pés no chão), desconfiados em relação àqueles que, como afirmam, pretendem ir mais além ou a outra parte. Uma hostilidade, dirigida aos próprios professores, facilmente prossegue na relação da escola com os alunos.

Estes são mecanismos de violência contra os quais uma educação política precisa resistir. Inevitavelmente, uma educação política terá que ser também politizadora. Em sua amplitude, para além da transmissão de conteúdo ou da aplicabilidade de práticas de ensino e metodologias, meios para facilitar e organizar o processo educativo, implica uma educação política e politizadora na compreensão de que, quem forma o educando, também se forma. É práxis que se efetiva, superando a dicotomização entre teoria e prática na perspectiva dialética e dialógica, que busca a autonomia dos existentes, a emancipação e a libertação, promovendo a transformação da realidade (Freire, 2011).

Nesse sentido, enriquecendo nossa análise, concordamos com o pensamento de Adorno (1995) ao arriscar-se a apresentar sua concepção inicial de educação. Registra o pensador:

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isto seria inclusive da maior importância política; [...] (Adorno, 1995, p. 141 – *grifos do autor*).

Complementando a ideia, concluirá o filósofo, destacando a questão da democracia:

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é



Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais: reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação

Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia (Adorno, 1995, p. 141-142).

A partir dessas análises, não pressupomos uma resposta definitiva como saída para a educação e a formação de professores. Em tempos de barbárie, a resistência a toda forma de *não educação* já nos parece uma promissora possibilidade de formação política. Para tanto, é preciso pensar a contrapelo (Benjamin, 2012).

Nesse entendimento, caminhamos na compreensão da indissociabilidade entre educação e política e a necessidade da resistência contra a barbárie. A importância da democracia e sua fragilidade precisam ser objeto de cuidado por todos aqueles que a entendem como condição fundamental para o exercício da vida política e da existência da esfera pública. Dialética na sua relação e, deviriana na sua vivencialidade, uma educação política é uma educação para o pensamento, para o processo de conscientização, que nunca se esgota, e que exige elaborar o passado para construir o futuro, vislumbrando um *verdadeiro estado de exceção*, como nos desafiava Benjamin (2012). Condição que precisa ser implementada com os oprimidos (Freire, 2011) que, até hoje, não conheceram outra coisa em nome do progresso, que sempre prometeu, mas nunca implementou, um *não estado de exceção*.

Nesse contexto, a falta do espaço público, ou sua destruição, representam a impossibilidade do exercício da liberdade, razão de ser da política, como nos ensina Hannah Arendt (2011) em seu clássico texto *O que é liberdade*.

Concluindo com Paulo Freire (1996), compreendemos que a prática educativa, dotada de intencionalidade, não é neutra. Apresenta um caráter político. Nesse sentido, em acordo com o esperar freireano, acreditamos que a história é *devir* e, como responsáveis por ela, devemos nos apresentar sempre dispostos a modificar e repensar, ética e politicamente, o que for necessário e possível para que não tornemos inexorável o futuro que se delinea. Especialmente quando ele se apresenta sombrio.

Referências



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Adorno, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Albino, Ângela Cristina Alves & Silva, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 137-153, 2019.

Arendt, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Arendt, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Arendt, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bianchetti, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 1996.

Brasil. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Base Nacional Comum Curricular-BNCC. 2017. Brasília: MEC, Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 4 de Janeiro de 2025.

Brasil. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

Brasil. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP Nº 4/2024**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

César, Maria Rita. de Assis. Educação num mundo à deriva. **Revista Educação: Especial Biblioteca do Professor**, v. 4, p. 36-45, 2007.

Chamayou, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.

Chauí, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022.

Fernandes, Maria Cristina da Silveira Galvan., & Zen, Rosane Toebe. A avaliação da educação básica no Brasil: algumas críticas à lógica do mercado. *In*: XIV Jornada do HISTEDBR. Foz do Iguaçu: **Anais da XIV Jornada do HISTEDBR**, 2017.



**Cenário reacionário expresso nas políticas educacionais:
reformas curriculares e o definhamento da significação política e social da educação**
Nathália Maria Rodrigues Mecias & João Vicente Hadich Ferreira

Fontes, Virgínia. **Sociedade civil empresarial e a educação pública - qual democracia? Grupo de Trabalho e Orientação** [online], 2015. Disponível em: [Link]. Acesso em: 7 de Janeiro de 2025.

Freire, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Freitas, Suzana Cristina de. & Molina, Adão Aparecido. Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Pedagogia em Foco**, v. 15, n. 13, p. 62-81, 2020.

Freitas, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

Frigotto, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

Freud, Sigmund. **Textos escolhidos**. Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Gomes, Luiz Roberto. Teoria crítica da sociedade e o sentido político da educação. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 31, p. 239-258, 2010.

Santana, Andréia da Cunha Malheiros. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: Rothen, José Carlos & Santana, Andréia da Cunha Malheiros. **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 37-50.

Ximenes, Priscilla de Andrade Silva & Melo, Geovana Ferreira. BNC – Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Rev. bras. Estud. Pedagog.**, v. 103, n. 265, p. 739-763, 2022.